

Assunto: Assembleia vai decidir rumos	
Veículo: Diario de Pernambuco	
Editoria: local	Seção:
Página: a8	Data: 11/06/2015

DIARIO de PERNAMBUCO

POLÍCIA CIVIL

Assembleia vai decidir rumos

aUma assembleia para definir os rumos do movimento dos policiais civis do estado será realizada hoje às 18h. A paralisação de 48 horas iniciada à 0h de ontem afetou o Instituto de Medicina Legal (IML) do Recife pela manhã. Na sede do órgão, localizada em Santo Amaro, 12 corpos aguardavam liberação. Ainda pela manhã, a diretoria do

Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol) e a gestora da Polícia Científica, Sandra Santos, entraram num acordo e os serviços nos três IMLs do estado (Recife, Caruaru e Petrolina) voltaram ao normal. Apesar do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ter determinado o retorno imediato da categoria ao trabalho, o movimento se-

gue hoje.

Para o presidente do Sinpol, Áureo Cisneiros, o movimento teve efeito positivo. "Vamos continuar na luta. As delegacias estão paradas e os IMLs voltaram a funcionar porque a gestora da Polícia Científica prometeu reformas urgentes", afirmou Cisneiros. A categoria reivindica a recomposição dos salários, in-

cluindo a fixação do percentual de 225% de gratificação de periculosidade para todos os cargos, reformulação do

Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, convocação de 100 escrivães e 700 agentes concursados.

THAIS ARRUDA/ESP/DP/D.A PRESS



Após acordo, membros do Sinpol retomaram as atividades nos IMLs

assista



diariode.pe/bmfk

Digite a URL encurtada acima e veja matéria da TV Clube/Record



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular.

Assunto: TJPE determina suspensão do movimento de paralisação da Polícia Civil	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção:
Página: 3	Data: 11/06/2015

jornal do  **commercio**

Policiais ameaçam greve

MOBILIZAÇÃO TJPE mandou voltar ao trabalho, categoria não foi notificada e pode parar por tempo indeterminado



Fotos: Guga Matos/JC Image

IML Famílias esperaram durante horas liberação de corpos, mas movimento foi tranquilo à tarde

O Sindicato dos Policiais Civis do Estado (Sinpol) garante que manterá a paralisação até a meia-noite de hoje, mesmo após o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinar a volta imediata da categoria ao trabalho, estabelecendo multa de R\$ 30 mil por dia. Com isso, todos os serviços, como emissão de carteira de identidade, diligências e investigações vão continuar suspensos temporariamente, com exceção dos realizados no Instituto de Medicina Legal (IML) e dos flagrantes. Às 18h, a categoria se reunirá em assembleia na sede do sindicato, em Santo Amaro, área central, para discutir os próximos passos. A categoria não descarta a possibilidade de greve.

Políciais fazem assembleia hoje à noite na sede do Sinpol

rer desta decisão absurda. Estamos paralisando as atividades, não é uma greve. A Polícia Civil enfrenta muitos problemas de estrutura: o governo não está fornecendo nem água para beber nas delegacias nem mate-

À paralisação de 48 horas começou ontem e é a segunda nos últimos 30 dias, em protesto por melhores condições de estrutura, fixação da gratificação por risco de vida em 225% para todos os policiais civis do Estado e revisão do Plano de Cargos e Carreiras. O governo do Estado pediu ao Poder Judiciário que considerasse a parada ilegal e estabelecesse multa de R\$ 150 mil por dia. Apesar de o TJPE ter determinado a volta imediata ao trabalho, ainda cabe recurso da decisão. A ilegalidade só será julgada se o juiz mantiver o pedido. Então, a corte especial do órgão, formado por 15 desembargadores, julgará o mérito da ação.

“Não concordamos com o Poder Judiciário e vamos recor-

rial de limpeza especializado para o IML. A insatisfação com a situação atual é de toda a categoria”, afirmou o presidente do sindicato, Áureo Cisneiros. Segundo levantamento do Sinpol, 95% da categoria aderiu à paralisação ontem.

O primeiro dia da parada programada foi agitado. No IML, não houve liberação de corpos pela manhã. Após a diretoria do instituto se comprometer a dar resposta em relação a problemas estruturais e de desvio de função, os policiais civis retomaram as atividades ao meio-dia, mas o serviço ainda era len-

to. “Cheguei por volta das 11h para liberar o corpo do meu neto e houve atraso por causa da paralisação. Mas agora à tarde está mais tranquilo, parte do pessoal que estava aqui foi atendida”, afirmou a auxiliar de cozinha Patrícia Pereira, 30 anos.

A Promotoria de Defesa da Saúde do Ministério Público estadual realiza às 14h de hoje, no Recife, audiência para discutir os problemas sanitários do IML do Recife e de Caruaru. Representantes da Secretaria de Defesa Social e da Secretaria Estadual de Saúde vão participar.



Estou no IML desde as 9h. Já são 14h15 e ainda não consegui liberar o corpo do meu irmão”, **lamenta a auxiliar de serviços gerais Vera Cláudia Rufino, 35 anos**



Vim de Salgueiro (Sertão) para obter um laudo de necropsia e não consegui. Vou voltar na sexta”, **afirma a técnica de enfermagem Aurinete Cardoso, 42 anos**

Assunto: Menção à assessora de Comunicação Social do TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Caderno C	Seção: dia a dia/Mirella Martins
Página: 3	Data: 11/06/2015

jornal do commercio

**Nasceu Pilar, filha da jornalista
Rebeka Maciel e do secretário
executivo de Imprensa do Recife,
Carlos Eduardo Santos.**

Assunto: Justiça: TJPE determina a volta das policiais civis ao trabalho	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 11/06/2015



> Justiça
**TJPE determina a
volta dos policiais
civis ao trabalho**

Cotidiano > Página 3

Assunto: Greve	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção: Fogo Cruzado/Inaldo Sampaio
Página: 2	Data: 11/06/2015



■ **GREVE** - Para que suas decisões não caiam no vazio, o Tribunal de Justiça deveria exigir dos sindicatos que descumprem suas decisões o pagamento das multas que lhe são impostas. Ontem foi a vez do Sinpol, condenado a pagar multa de 30 mil por cada dia de greve da Polícia Civil. O Sintepe também foi condenado a pagar uma multa no mesmo valor por cada dia de greve dos professores, mas não há registro de que tenha feito o recolhimento.

Assunto: Polícia Civil	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 1	Data: 11/06/2015



POLÍCIA CIVIL - TJPE determinou, ontem, que a categoria voltasse imediatamente ao trabalho.

■ Página 3

Assunto: TJPE determina fim da greve da polícia	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 3	Data: 11/06/2015

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Serviço de liberação de corpos no IML voltou às 12h

TJPE determina fim da greve da polícia

Jedson Nobre



SINDICATO fez mobilização em frente ao IML de Santo Amaro

■ **SIMPOL disse que ainda não tinha sido notificado e que manterá a paralisação até 0h de amanhã**

Folha resume

Os policiais civis vão descumprir a ordem judicial e não vão voltar ao trabalho imediatamente. A paralisação continua até 0h de amanhã. Pelo descumprimento, o TJPE promete aplicar multa diária de R\$ 30 mil a partir da notificação feita ao Sinpol. Hoje tem nova assembleia para decidir o rumo da mobilização.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou a volta imediata dos policiais civis ao trabalho. Caso a determinação não seja obedecida, será aplicada multa diária de R\$ 30 mil. Apesar da decisão, o sindicato da categoria disse que ainda não havia sido notificado e que manterá a paralisação até a 0h da sexta-feira. A única mudança na mobilização por melhores condições de trabalho refere-se aos IMLs do Recife, Caruaru e Petrolina. A intenção era deixar todos sem realizar exames de necropsia, impedindo, assim, a liberação de corpos. Mas, por questão humanitária, o serviço foi retomado ontem, às 12h. Hoje, os policiais farão nova assembleia para avaliar o movimento.

De acordo com o Sindicato

dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Sinpol), continuam suspensos registros de Boletim de Ocorrência, expedição de documentos, ouvidas de depoimentos e as diligências para investigação. “Vamos manter a

decisão tomada em assembleia. Os IMLs vão retornar porque não queremos causar sofrimento aos familiares dos mortos. Além dessa questão humanitária, a chefia da Polícia Científica prometeu resolver

alguns problemas imediatamente”, disse o presidente do Sinpol, Áureo Cysneiros.

A exigência da volta imediata ao trabalho foi feita por liminar expedida pelo desembargador José Fernandes Lemos. A SDS reafirmou a disposição ao diálogo com a categoria. Os policiais civis reivindicam a isonomia de gratificação de risco de vida, equiparado com os delegados, que recebem 225% do salário-base. Os profissionais pedem, ainda, revisão do plano de cargos e carreiras, reajuste de 8% e a abertura de concurso público.

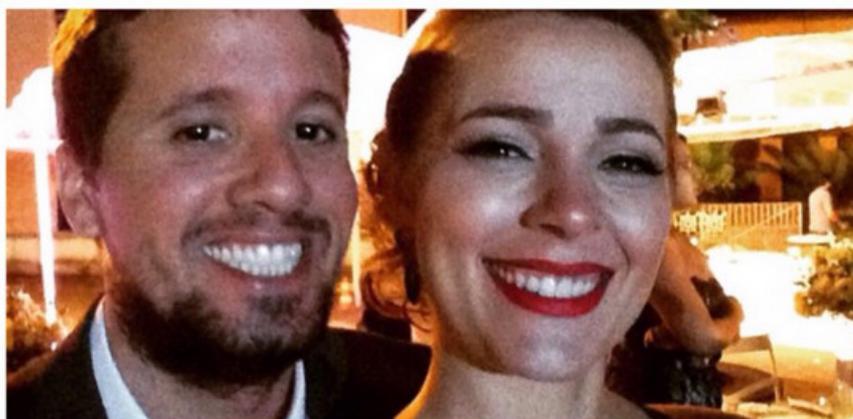
IML

Os problemas de infraestrutura apontados pelo Sinpol nos prédios dos IMLs do Estado serão discutidos hoje, na sede do MPPE. A audiência de instrução com as Secretarias de Defesa Social e de Saúde será às 14h. O encontro servirá para estabelecer prioridades e fixar prazos para as obras. De acordo com a promotoria de Saúde, o Sindicato dos Policiais Civis denunciou problemas de temperatura nas câmeras frigoríficas, lâmpadas matamoscas queimadas, salas e equipamentos danificados, entre outros.

Assunto: Menção à assessora de Comunicação Social do TJPE	
Veículo: Blog Social 1	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



Nasce a filhinha do secretário executivo de Imprensa do Recife



Nasceu Pilar! Filha do casal de jornalistas Rebeka Maciel, assessora do Tribunal de Justiça de Pernambuco, e do secretário executivo de Imprensa da Prefeitura do Recife, Carlos Eduardo Santos. Pilar nasceu na noite desta terça-feira (9) na maternidade do Santa Joana.

Assunto: Justiça de Pernambuco determina que policiais civis retornem às atividades, sob risco de multa de R\$ 30 mil por dia	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



paralisação de 48h

Justiça de Pernambuco determina que policiais civis retornem às atividades, sob risco de multa de R\$ 30 mil por dia



Em assembleia, o Sinpol decidiu pela paralisação nesta quarta (10) e quinta-feira (11) Foto: Jônatas Campos/Sinpol

A paralisação de 48 horas da Polícia Civil, que teve início na madrugada desta quarta (10), pode ser abortada por uma determinação da Justiça do Estado. Atendendo a um pedido do Governo do Estado, o desembargador José Fernandes de Lemos determinou a suspensão do movimento com o imediato retorno dos policiais civis às atividades. A orientação passa a valer tão logo o Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Pernambuco (Sinpol) seja notificado. Em caso de descumprimento, será aplicada uma multa de R\$ 30 mil por dia de atraso.

Em nota, a SDS explica que vem mantendo constante negociação com as categorias que compõem o quadro de servidores, dando continuidade às ações de melhorias das condições de trabalho e, sob a coordenação da Secretaria de Administração, vem

negociando os pleitos que envolvam repercussões de natureza salarial, observando a atual realidade fiscal do Estado.

“A Secretaria de Defesa Social reafirma a disposição ao diálogo com a categoria e o compromisso com a sociedade pernambucana em regularizar o mais rápido possível os serviços de polícia judiciária”, diz o texto da nota, enviada pela gerência de comunicação da Polícia Civil.

Na última segunda-feira (8), após assembleia da categoria, os policiais decidiram paralisar as atividades nesta quarta (10) e quinta-feira (11).

A principal reivindicação da categoria é a equiparação do risco de vida de 225% para todos os policiais. Atualmente, o percentual é oferecido apenas para os delegados de Polícia Civil.

Além disso, a categoria pede reajuste com base na inflação de 2015, a colocação dos peritos papiloscopistas nos quadros da Polícia Civil e realização de mais concursos para a contratação de mais profissionais.

SINPOL – Com as atividades paralisadas por 48h desde o início desta quarta-feira (10), os policiais civis de Pernambuco realizam uma assembleia da categoria nesta quinta-feira (11) para definir os rumos do movimento por reivindicações. A reunião acontece a partir das 18h, em frente à sede do Sinpol, no bairro de Santo Amaro, área Central do Recife.

Assunto: Justiça determina suspensão da paralisação de 48 horas dos policiais civis	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



Justiça determina suspensão da paralisação de 48 horas dos policiais civis

Caso a categoria não volte, o Sindicato dos Policiais Civis deverá pagar multa diária de R\$ 30 mil

O Tribunal de Justiça de Pernambuco solicitou a suspensão da paralisação de 48 horas deflagrada pela Polícia Civil. A decisão foi do desembargador José Fernandes de Lemos e atende a um pedido do governo do estado. A Justiça pede que os 4,9 mil servidores, incluindo delegados, agentes e escrivães, retomem as atividades imediatamente. Caso a categoria não volte, o Sindicato dos Policiais Civis deverá pagar multa diária de R\$ 30 mil.

O governo entrou com uma ação ordinária contra o Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) pedindo a decretação de ilegalidade e abusividade da greve, além da ordem de retorno às atividades. A data do julgamento da ilegalidade ainda não foi definida. Segundo a gestão estadual, após a assembleia do último dia 8, a categoria teria definido que faria a paralisação nesta quarta e quinta e, em seguida, daria continuidade à greve por tempo indeterminado sem respeitar o percentual de 30% em funcionamento, por se tratar de um serviço essencial à sociedade. Teriam garantido preservar apenas os flagrantes nas delegacias.

A categoria deflagrou paralisação para reivindicar a recomposição dos salários, incluindo a fixação do percentual de 225% de gratificação de função policial para todo o quadro efetivo, além da convocação de 100 escrivães e 700 agentes concursados para substituir outros que se aposentam até o final do ano. Cobram, ainda, equipagem adequada para trabalhar com segurança, inclusive coletes à prova de balas, melhores condições de trabalho nas delegacias.

Na última segunda-feira, o Sinpol se reuniu com a Secretaria de Administração de Pernambuco para negociar os reajustes. De acordo com o presidente Áureo Cisneiros, em mais de duas horas de reunião o governo não ofereceu nada além de uma "progressão, dependendo de avaliação de desempenho".

Na ação ordinária, o estado argumenta que o movimento paredista seria desprovido de razoabilidade, tendo em vista o atual cenário econômico do país. "Porque os balanços do último quadrimestre, referentes à relação entre a receita e os gastos com pessoal do estado de Pernambuco, teriam revelado a impossibilidade de concessão de quaisquer aumentos aos servidores do Poder Executivo, em face dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, declara que o salário médio da categoria dos

policiais civis teria acumulado um aumento remuneratório de 90,88% entre os anos de 2007 e 2014", consta no documento.

Nos autos, o desembargador informa que a paralisação configura o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, pois é notório e incontestável que a paralisação da atividade policial é fato de graves consequências para a população, além disso torna inevitável o embaraço das atividades de administração e de investigação exercidas pela Polícia Civil.

Assunto: Assembleia vai decidir rumos da paralisação dos policiais civis	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Assembleia vai decidir rumos da paralisação dos policiais civis

Uma assembleia para definir os rumos do movimento dos policiais civis do estado será realizada hoje às 18h. A paralisação de 48 horas iniciada à 0h de ontem afetou o Instituto de Medicina Legal (IML) do Recife pela manhã. Na sede do órgão, localizada em Santo Amaro, 12 corpos aguardavam liberação. Ainda pela manhã, a diretoria do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol) e a gestora da Polícia Científica, Sandra Santos, entraram num acordo e os serviços nos três IMLs do estado (Recife, Caruaru e Petrolina) voltaram ao normal. Apesar do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ter determinado o retorno imediato da categoria ao trabalho, o movimento segue hoje.

Para o presidente do Sinpol, Áureo Cisneiros, o movimento teve efeito positivo. “Vamos continuar na luta. As delegacias estão paradas e os IMLs voltaram a funcionar porque a gestora da Polícia Científica prometeu reformas urgentes”, afirmou Cisneiros. A categoria reivindica a recomposição dos salários, incluindo a fixação do percentual de 225% de gratificação de periculosidade para todos os cargos, reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, convocação de 100 escrivães e 700 agentes concursados.

Assunto: TJPE determina que policiais civis voltem ao trabalho	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO



TJPE determina que policiais civis voltem ao trabalho

Decisão é assinada pelo desembargador José Fernandes de Lemos. Multa diária por atraso ao cumprimento da ordem foi fixada em R\$ 30 mil.

Assunto: TJPE determina que policiais civis voltem ao trabalho imediatamente	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



TJPE determina que policiais civis voltem ao trabalho imediatamente

Decisão é assinada pelo desembargador José Fernandes de Lemos. Multa diária por atraso ao cumprimento da ordem foi fixada em R\$ 30 mil.



Atendendo a um pedido do Governo de Pernambuco, o desembargador José Fernandes de Lemos determinou a volta imediata ao trabalho dos policiais e peritos ligados à Polícia Civil, que iniciaram paralisação nesta quarta-feira (10) em todo o estado. A previsão era de que a mobilização durasse dois dias.

"Defiro em parte o pedido de antecipação da tutela, para determinar a suspensão do movimento paresta, com o imediato retorno dos policiais civis às suas atividades, a partir da ciência desta decisão por parte do sindicato réu, sob pena de multa que fixo em R\$30.000,00 (trinta mil reais) por dia de atraso, limitada a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), sem prejuízo de posterior majoração, em caso de recalcitrância", diz o desembargador em sua decisão, de caráter liminar.

Inicialmente, o governo estadual havia pedido a decretação da ilegalidade da greve e que a multa diária fosse fixada em R\$ 150 mil. O desembargador José Fernandes de Lemos estabeleceu multa diária cinco vezes menor. A ilegalidade só vai ser analisada se o mérito da ação chegar a ser julgado.

O Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol) pode recorrer. "Ainda não tomamos conhecimento dessa decisão, mas vamos tomar as providências cabíveis e

deveremos recorrer. O que tem havido é uma postura do tribunal de negar o direito de manifestação, principalmente o direito de greve, mas o tribunal deve garantir o que está escrito na Constituição", explica Jesualdo Campos, assessor jurídico do Sinpol.

Interrupção de serviços

Com a paralisação, ficam suspensos serviços como emissão de Boletins de Ocorrência, registro e retirada de documentos e realização de diligências, por exemplo. As únicas atividades que serão realizadas são os flagrantes e o recolhimento de corpos. Por volta das 10h30, o sindicato da categoria informou que os serviços de identificação e liberação de corpos no IML foram retomados a partir das 12h, para evitar sofrimento das famílias.

A paralisação foi decidida em assembleia do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol), na última segunda-feira (8). De acordo com o presidente do Sinpol, Áureo Cysneiros, a categoria reivindica a isonomia da gratificação de risco de vida, equiparando com a gratificação dos delegados, que recebem 225% do salário base, segundo ele. "Nós temos o pior salário de Polícia Civil do país, e queremos igualdade da gratificação do risco de vida da função policial, porque o risco é igual para todos, principalmente para quem está na rua", explica o presidente.

Os policiais pedem ainda a revisão do plano de cargos e carreiras e um reajuste de 8% com base na correção inflacionária de 2014, além da abertura de concurso público, convocação dos aprovados na última seleção e inclusão dos peritos papiloscopistas no quadro técnico policial.

Também na segunda-feira (8), a categoria se reuniu com a Secretaria de Administração do estado (SAD), que ofereceu um aumento na faixa do Plano de Cargos e Carreiras para alguns policiais. De acordo com o Sinpol, com a proposta, menos de 20% dos funcionários receberiam o reajuste - por isso, a proposta foi rejeitada. Não há nova rodada de negociação prevista para esta semana.

Ainda nesta quarta-feira (10), o Sinpol planeja um ato em frente à diretoria da Polícia Civil, na Rua da Aurora, centro do [Recife](#), no fim da tarde. Na quinta-feira (11), a categoria volta a se reunir em assembleia na sede do Sinpol, em Santo Amaro, região central do Recife. Durante a reunião, o Sinpol pretende avaliar os rumos do movimento. O G1 entrou em contato com a Secretaria de Administração, mas ainda não obteve resposta.

Expresso Cidadão

A Secretaria de Administração (SAD) informou que as unidades do Expresso Cidadão não vão emitir carteiras de identidade, em nenhuma de suas unidades, por causa da paralisação dos policiais civis. "O serviço é de responsabilidade do Instituto de Identificação Tavares Buriel (IITB). Em caso de emergência, o cidadão deve procurar o IITB", diz nota divulgada pela SAD.

Assunto: Em PE, policiais civis continuam paralisação, após decisão judicial	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



Em PE, policiais civis continuam paralisação, após decisão judicial

Determinação do TJPE obriga a categoria a retornar ao trabalho. Sindicato informou que ainda não foi notificado sobre a decisão.

Os policiais civis de Pernambuco continuam com as atividades paralisadas nesta quinta-feira (11), mesmo após decisão judicial que determina que a categoria retorne imediatamente ao trabalho. A paralisação de advertência começou à meia-noite da quarta-feira (10), com previsão de durar 48 horas.

De acordo com o assessor jurídico do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol), Jesualdo Campos, o sindicato ainda não foi notificado da decisão. "A decisão só vale quando as partes são intimadas e nós ainda não recebemos a notificação. E quando formos notificados, vamos recorrer", afirmou Campos. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) informou que o Sinpol será notificado nesta quinta (11).

A determinação, que atende a um pedido do Governo de Pernambuco, foi do desembargador José Fernandes de Lemos, na quarta-feira (10). "Defiro em parte o pedido de antecipação da tutela, para determinar a suspensão do movimento paredista, com o imediato retorno dos policiais civis às suas atividades, a partir da ciência desta decisão por parte do sindicato réu, sob pena de multa que fixo em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por dia de atraso, limitada a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sem prejuízo de posterior majoração, em caso de recalcitrância", diz o desembargador em sua decisão, de caráter liminar.

Inicialmente, o governo estadual havia pedido a decretação da ilegalidade da greve e que a multa diária fosse fixada em R\$ 150 mil. O desembargador José Fernandes de Lemos estabeleceu multa diária cinco vezes menor. A ilegalidade só vai ser analisada se o mérito da ação chegar a ser julgado.

Ainda nesta quinta-feira (11), a categoria volta a se reunir em assembleia na sede do Sinpol, em Santo Amaro, região central do [Recife](#), no fim da tarde. Durante a reunião, o Sinpol pretende avaliar os rumos do movimento.

Interrupção de serviços

Com a paralisação, ficam suspensos serviços como emissão de boletins de ocorrência, registro e retirada de documentos e realização de diligências, por exemplo. As únicas atividades que serão realizadas são os flagrantes, o recolhimento e a liberação de corpos pelo IML.

A paralisação foi decidida em assembleia do Sinpol na segunda-feira (8). De acordo com o presidente do Sinpol, Áureo Cysneiros, a categoria reivindica a isonomia da gratificação de risco de vida, equiparando com a gratificação dos delegados, que recebem 225% do salário base.

Os policiais pedem ainda a revisão do plano de cargos e carreiras e um reajuste de 8% com base na correção inflacionária de 2014, além da abertura de concurso público, convocação dos aprovados na última seleção e inclusão dos peritos papiloscopistas no quadro técnico policial.

Também na segunda-feira (8), a categoria se reuniu com a Secretaria de Administração do estado (SAD), que ofereceu um aumento na faixa do Plano de Cargos e Carreiras para alguns policiais. De acordo com o Sinpol, com a proposta, menos de 20% dos funcionários receberiam o reajuste - por isso, a proposta foi rejeitada. Não há nova rodada de negociação prevista para esta semana.

A Secretaria de Defesa Social informou, por meio de nota, que mantém constante negociação com as categorias que compõem seu quadro de servidores, dando continuidade às ações de melhorias das condições de trabalho e, sob a coordenação da Secretaria de Administração, vem negociando os pleitos que envolvam repercussões de natureza salarial, observando a atual realidade fiscal do Estado. A SDS reafirmou também "a disposição ao diálogo com a categoria e o compromisso com a sociedade pernambucana em regularizar o mais rápido possível os serviços de polícia judiciária".

Expresso Cidadão

A Secretaria de Administração (SAD) informou que as unidades do Expresso Cidadão não vão emitir carteiras de identidade, em nenhuma de suas unidades, por causa da paralisação dos policiais civis. "O serviço é de responsabilidade do Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB). Em caso de emergência, o cidadão deve procurar o IITB", diz nota divulgada pela SAD.

Assunto: TJPE determina que policiais civis voltem ao trabalho imediatamente	
Veículo: folhape	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



Assunto: Policiais civis mantêm paralisação, mesmo com determinação para retorno ao trabalho	
Veículo: folhape	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



Policiais civis mantêm paralisação, mesmo com determinação para retorno ao trabalho

Categoria está sujeita a pagar multa de R\$ 30 mil para cada dia em que ficar parada

O desembargador José Fernandes de Lemos determinou que todos os policiais civis que se declararam paralisados nesta quarta-feira (10) devem voltar ao trabalho imediatamente ou receberão uma multa diária. O valor, caso a categoria resolva não seguir o requerimento, é de R\$ 30 mil para cada dia de atraso, com limite de R\$ 1 milhão e sem prejuízo posterior de prorrogação. Apesar da decisão, o sindicato da categoria afirmou, à tarde, que ainda não havia sido notificado e que manterá a paralisação até a 0h da sexta-feira (12).

A reportagem do Portal FolhaPE visitou algumas delegacias e constatou que havia a presença parcial de oficiais nas unidades, estes cumprindo apenas os flagrantes. Serviços como a emissão de documentos e o registro de boletins de ocorrência foram suspensos.

Depois da determinação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a única mudança na mobilização por melhores condições de trabalho foi referente aos Institutos de Medicina Legal (IML) do Recife, Caruaru e Petrolina. A intenção era deixar todos sem realizar exames de necropsia, impedindo, assim, a liberação de corpos. Mas, por questão humanitária, o serviço foi retomado às 12h.

A decisão foi tomada em assembleia realizada na sede do sindicato que representa a categoria, no bairro de Santo Amaro, na área central do Recife, na noite da última segunda-feira (8). Nesta quinta (11), os policiais farão nova assembleia para avaliar o movimento. Eles reivindicam a isonomia de gratificação de risco de vida, equiparada com a dos delegados, que recebem 225% do salário base. Os profissionais pedem, ainda, revisão do plano de cargos e carreiras e um reajuste de 8% com base na correção da inflação de 2014, além de abertura de concurso público.

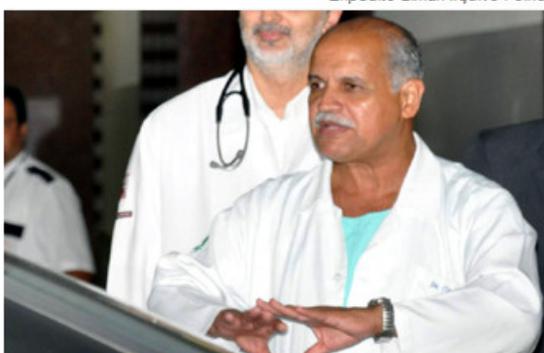
Por meio de nota, a Secretaria de Defesa Social (SDS) reafirmou a disposição ao diálogo com a categoria.

Assunto: Termina fase de instrução e julgamento de acusados da morte de Artur Eugênio	
Veículo: folhape	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



Termina fase de instrução e julgamento de acusados da morte de Artur Eugênio

Decisão sobre se caso irá a júri popular será tomada nos próximos dias, segundo TJPE



Cláudio Gomes é apontado como mandante do crime

Terminou, nesta quarta-feira (10), a fase de audiências de instrução sobre o assassinato do médico Artur Eugênio de Azevedo Pereira, em maio de 2014. Os quatro acusados – o também médico Cláudio Amaro Gomes, de 57 anos; o filho dele, Cláudio Amaro Gomes Júnior, 32; Jailson Duarte César, 20; e Lyferson Barbosa da Silva, 29 – foram ouvidos ao longo do dia pela juíza Inês Maria de Albuquerque, da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes. De acordo com o Tribunal de

Justiça de Pernambuco (TJPE), a decisão sobre se o caso será levado a júri popular deve sair nos próximos dias.

As investigações da Polícia apontaram Cláudio Amaro Gomes, que já havia trabalhado com a vítima, como mandante do crime por conta de desavenças profissionais. Cláudio Júnior teria articulado o assassinato. Já Jailson teria contratado os atiradores. Lyferson é apontado como um deles. O outro seria Flávio Braz de Souza, 32, que morreu em uma troca de tiros com policiais em fevereiro deste ano.

O corpo de Artur Eugênio foi encontrado baleado às margens da BR-101, em Jaboatão, em 13 de maio de 2014. Já o carro dele foi achado queimado no bairro da Guabiraba, na Zona Norte do Recife. Antes, os executores teriam tentado capturar o médico no Hospital de Câncer de Pernambuco, um dos locais em que a vítima trabalhava. Sem êxito, eles foram ao Hospital Português e novamente não tiveram sucesso. A terceira abordagem foi próximo à casa de Artur, quando conseguiram sequestrá-lo.

Cláudio Amaro Gomes, Cláudio Amaro Gomes Júnior, Jailson Duarte Cesar, Lyferson Barbosa da Silva e Flávio Braz de Sousa foram indiciados por sequestro, homicídio, roubo, associação criminosa, estelionato e comunicação falsa de crime.

Contrapontos

Na última quinta (4), familiares de Cláudio Amaro Gomes realizaram panfletagem na

avenida Agamenon Magalhães, na área central do Recife, em defesa do médico. A data marcou um ano da prisão do acusado, que está no Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima. Na ocasião, parentes disseram que foi Cláudio Junior quem queria “dar um susto” na vítima, e não o pai dele. Já o advogado de Cláudio Gomes, Altamiro Fontes, informou que refutará três pontos do processo, entre eles, o de que seu cliente foi o mandante do crime.

"Foi dito que ele tinha inveja de Artur Eugênio. Mas não procede. Cláudio estava na melhor fase profissional. Tinha acabado de assumir a direção médica do Hospital das Clínicas, era professor da UFPE [Universidade Federal de Pernambuco] e tinha sido designado pelo ex-governador Eduardo Campos para atender o presidente Lula, em 2010, quando ele passou mal em visita ao Estado", comentou o advogado.

Assunto: Policiais civis mantêm paralisação, mesmo com determinação para retorno ao trabalho	
Veículo: folhape	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



Policiais civis mantêm paralisação, mesmo com determinação para retorno ao trabalho

Categoria está sujeita a pagar multa de R\$ 30 mil para cada dia em que ficar parada

O desembargador José Fernandes de Lemos determinou que todos os policiais civis que se declararam paralisados nesta quarta-feira (10) devem voltar ao trabalho imediatamente ou receberão uma multa diária. O valor, caso a categoria resolva não seguir o requerimento, é de R\$ 30 mil para cada dia de atraso, com limite de R\$ 1 milhão e sem prejuízo posterior de prorrogação. Apesar da decisão, o sindicato da categoria afirmou, à tarde, que ainda não havia sido notificado e que manterá a paralisação até a 0h da sexta-feira (12).

A reportagem do Portal FolhaPE visitou algumas delegacias e constatou que havia a presença parcial de oficiais nas unidades, estes cumprindo apenas os flagrantes. Serviços como a emissão de documentos e o registro de boletins de ocorrência foram suspensos.

Depois da determinação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a única mudança na mobilização por melhores condições de trabalho foi referente aos Institutos de Medicina Legal (IML) do Recife, Caruaru e Petrolina. A intenção era deixar todos sem realizar exames de necropsia, impedindo, assim, a liberação de corpos. Mas, por questão humanitária, o serviço foi retomado às 12h.

A decisão foi tomada em assembleia realizada na sede do sindicato que representa a categoria, no bairro de Santo Amaro, na área central do Recife, na noite da última segunda-feira (8). Nesta quinta (11), os policiais farão nova assembleia para avaliar o movimento. Eles reivindicam a isonomia de gratificação de risco de vida, equiparada com a dos delegados, que recebem 225% do salário base. Os profissionais pedem, ainda, revisão do plano de cargos e carreiras e um reajuste de 8% com base na correção da inflação de 2014, além de abertura de concurso público.

Por meio de nota, a Secretaria de Defesa Social (SDS) reafirmou a disposição ao diálogo com a categoria.

Assunto: Policiais civis de Pernambuco realizam assembleia nesta quinta; greve não está descartada	
Veículo: NE10	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:



Policiais civis de Pernambuco realizam assembleia nesta quinta; greve não está descartada



Presidente do Sinpol, Áureo Cisneiros, divulgou vídeo nas redes sociais para informar sobre a assembleia e volta das atividades no IML

Foto: Alexandre Gondim/JC Imagem

Com as atividades paralisadas por 48h desde o início desta quarta-feira (10), os policiais civis de Pernambuco realizam uma assembleia da categoria nesta quinta-feira (11) para definir os rumos do movimento por reivindicações. A reunião acontece a partir das 18h, em frente à sede do Sinpol, no bairro de Santo Amaro, área Central do Recife.

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol), Áureo Cisneiros, disse esperar que entre 1,5 mil e 2 mil pessoas participem do ato. Na reunião serão definidos os rumos que o movimento deve tomar. Áureo salienta ainda sobre a possibilidade de uma greve geral da categoria no Estado. "O movimento começou agora", disse o presidente do Sinpol.

Ainda nesta quarta, o Sinpol divulgou um vídeo nas redes sociais informando aos policiais sobre a abertura de uma exceção da paralisação: as unidades do Instituto de Medicina Legal (IML) não seriam afetadas pelo movimento, tanto no Recife, como em Caruaru, no Agreste. De acordo com Cisneiros, a exceção foi aberta por causa da questão humana e do sofrimento dos familiares que precisam do atendimento do IML. "Nosso objetivo não é causar transtornos e nem prejudicar a população", pontuou.

Sobre a determinação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que nesta quarta-feira determinou a volta imediata dos policiais aos postos de trabalho, Áureo Cisneiros disse que o sindicato ainda não foi notificado, mas que a paralisação está mantida.

REIVINDICAÇÕES - A principal reivindicação dos policiais é a equiparação do risco de vida de 225% para toda a categoria. Atualmente esse percentual é oferecido apenas para os delegados de Polícia Civil.

De acordo com o Sinpol, as reuniões realizadas com os representantes do Governo do Estado apresentaram "pouquíssimas progressões" com relação à pauta de reivindicações da categoria. Ainda sobre isso, o sindicato alega que a proposta apresentada pela secretaria de Administração contempla apenas uma pequena parcela dos profissionais. O pedido do sindicato é que seja contemplada toda a categoria.

Além equiparação da porcentagem no risco de vida, a categoria pede reajuste com base na inflação de 2015, a colocação dos peritos papiloscopistas nos quadros da Polícia Civil e realização de mais concursos para a contratação de mais profissionais.

Esta é a segunda vez em menos de um mês que os policiais civis de Pernambuco paralisam as atividades como forma de protesto. No dia 19 de maio, a categoria já havia cruzado os braços para reivindicar as pautas apresentadas na reunião com o governo, realizada nessa segunda-feira (8).

DETERMINAÇÃO DO TJPE - Nesta quarta-feira, o TJPE atendeu ao pedido do Governo do Estado de Pernambuco e determinou a volta imediata dos policiais civis aos postos de trabalho. Na decisão, de caráter liminar, o desembargador José Fernandes de Lemos estabeleceu a multa de R\$30 mil por dia de atraso na volta ao trabalho, limitada a R\$ 1 milhão. O valor estabelecido foi cinco vezes menor do que os R\$ 150 mil pedidos pelo governo. A ilegalidade, também pedida pelo governo, só será analisada se o mérito da ação for julgado.

Assunto: TJPE determina que policiais civis voltem ao trabalho imediatamente	
Veículo: JConline	Data: 11/06/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

TJPE determina que policiais civis voltem ao trabalho imediatamente

Desembargador José Fernandes de Lemos estabeleceu a multa de R\$30 mil por dia de atraso



Legalidade da paralisação só será analisada se o mérito da ação for julgado
Foto: Divulgação/Polícia Civil

O Tribunal de Justiça de Pernambuco atendeu ao pedido do Governo do Estado e determinou a volta imediata dos policiais civis ao trabalho. A categoria iniciou à meia noite desta quarta-feira (10) uma paralisação que estava prevista para durar 48 horas. O Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol) ainda pode recorrer.

Na decisão, de caráter liminar, o desembargador José Fernandes de Lemos estabeleceu a multa de R\$30 mil por dia de atraso na volta ao trabalho, limitada a R\$ 1 milhão. O valor estabelecido foi cinco vezes menor do que os R\$ 150 mil pedidos pelo governo. A ilegalidade, também pedida pelo governo, só será analisada se o mérito da ação for julgado.

PARALISAÇÃO

Os policiais civis reivindicam a fixação da gratificação por função policial em um percentual de 225% para todos os policiais civis do Estado e um reajuste de 8%, com base na correção inflacionária de 2014. Além disso, pedem a abertura de concurso público e convocação dos aprovados na última seleção.

Com a paralisação, apenas flagrantes e o recolhimento de corpos funcionando normalmente. Os demais serviços prestados pela Polícia Civil, como a emissão de

documentos, registros de Boletins de Ocorrência (BO) e realização de diligências foram interrompidos. No caso o Instituto de Medicina Legal (IML), o Sinpol entrou em acordo com a gestora da Polícia Científica, Sandra Maria dos Santos, para liberar o Instituto da paralisação de 48 horas, em benefício da população pernambucana.

De acordo com o secretário de Administração, Milton Coelho, o governo do estado está aberto ao diálogo com os policiais civis. "Nós esperamos que o diálogo possa permanecer. Temos que ter tranquilidade e manter os serviços essenciais funcionando, para que cause o menor dano possível à sociedade", explicou Coelho em entrevista à Rádio Jornal.

Na segunda-feira (8), a Secretaria de Administração do Estado (SAD) ofereceu um aumento na faixa do Plano de Cargos e Carreiras para alguns policiais. No entanto, a proposta foi rejeitada, uma vez que, segundo o Sinpol, menos de 20% dos funcionários receberiam o reajuste.